

CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM ÉTICA NOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO POLICIAL MILITAR

BUILDING AN ETHICAL APPROACH TO HUMAN RIGHTS IN MILITARY POLICE EDUCATION

João Pedro Vieira Guimarães Neto^{*}
Levi Santos Santana^{**}

RESUMO

Este estudo investiga a integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos-soldados da Polícia Militar, concentrando-se na turma da 5ª Companhia, Pelotão-GOLF, na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. O objetivo desta pesquisa foi de poder analisar as mudanças no processo de ensino-aprendizagem durante a preparação de alunos-soldados da polícia militar, destacando os direitos humanos e a ética como componentes essenciais. No procedimento metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa por meio da formulação de um questionário semiestruturado, buscando compreender a perspectiva dos alunos sobre a incorporação desses princípios em seu treinamento. Além disso, realizou-se uma revisão detalhada das regulamentações e diretrizes relacionadas à formação policial. Os resultados da pesquisa mostram uma relevância positiva, sobre o processo de formação de alunos e alunas-soldados e a importância da integração dos direitos humanos e da ética na formação policial. Os participantes, totalizando 24 alunos e alunas que responderam ao questionário via Google Forms, reconhecem esses princípios como cruciais não apenas para atender às expectativas da sociedade contemporânea, mas também como uma necessidade interna para fortalecer a instituição policial. A pesquisa destaca que a integração eficaz desses elementos não apenas responde às demandas externas, mas contribui para uma atuação mais profissional, justa e ética. A conclusão ressalta a significativa relevância da integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos-soldados, proporcionando uma resposta mais eficaz aos desafios dinâmicos da segurança pública. Dessa maneira, os resultados não apenas corroboram a importância da integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos-soldados, mas também ressaltam sua influência positiva em moldar uma força policial mais responsiva e alinhada com as exigências da sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Ética. Formação Policial. Academia de Polícia Militar. Segurança Pública.

ABSTRACT

This study examines the integration of human rights and ethics in the training of Military Police student-soldiers, focusing on the class of the 5th Company, Platoon-GOLF, at the Military Police Academy of the State of Goiás. Adopting a qualitative approach, they were conducted interviews and questionnaires to understand students' perspectives on incorporating these principles into their training. Additionally, a detailed review of regulations and guidelines related to police training was carried out. The results reveal a positive perception of the

^{*} Aluno do Curso de Formação, João Pedro Vieira Guimarães Neto , Turma GOLF 5 CIA, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: jpvieiraneto2401@gmail.com

^{**} Professor Orientador, Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: levisantana@hotmail.com.

importance of integrating human rights and ethics in police training. Students recognize these principles as crucial not only to meet the expectations of contemporary society, but also as an internal necessity to strengthen the police institution. The research highlights that the effective integration of these elements not only responds to external demands, but contributes to more professional, fair and ethical performance. The conclusion highlights the significant relevance of integrating human rights and ethics in the training of student soldiers, providing a more effective response to the dynamic challenges of public security. This study offers crucial insights to improve police training, building an essential connection between law enforcement and societal trust. Thus, the research contributes not only to an in-depth understanding of police training, but also highlights the vital importance of integrating these principles for fairer, more respectful police action adapted to the demands of contemporary society.

Keywords: Human Rights. Ethics. Police Training. Military Police Academy. Public Security.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre os direitos humanos e o serviço policial militar é de suma importância para a preservação da ordem pública. Nesse contexto, a formação de soldados da polícia militar desempenha um papel crucial na integração dos direitos humanos e da ética, perante a atuação policial. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças no processo de ensino-aprendizagem na preparação de alunos soldados da polícia militar, enfocando os direitos humanos e a ética como componentes essenciais. Além disso, busca-se compreender a necessidade do policial militar em ter contato com os direitos humanos para uma atuação mais preparada, transferindo-se para uma polícia mais humanizada e adaptada aos desafios contemporâneos.

A atuação policial desempenha um papel fundamental na preservação da ordem pública e na segurança da sociedade. No entanto, à medida que as sociedades evoluem, as expectativas em relação à polícia e à aplicação da lei também evoluem. Os desafios contemporâneos que a aplicação da lei enfrenta são complexos e dinâmicos, incluindo questões como a violência urbana, o tráfico de drogas, os protestos sociais e a proteção dos direitos individuais.

O objetivo deste artigo é analisar as mudanças no processo de ensino-aprendizagem na formação de alunos soldados da polícia militar, com foco na integração dos direitos humanos e da ética. Buscamos compreender a importância dessa integração na atuação policial e como isso contribui para uma sociedade mais segura e justa.

Nesse contexto, a integração dos direitos humanos e da ética na formação de policiais militares se tornou uma necessidade premente. A sociedade exige que os profissionais de segurança compreendam e respeitem os direitos fundamentais dos cidadãos, ao mesmo tempo em que mantêm a ordem pública. Os casos de abuso de autoridade e violações dos direitos

humanos por parte de agentes policiais têm levantado preocupações legítimas, enfatizando a urgência de uma mudança.

A situação-problema que irá reger a escrita do referido artigo, consiste em: “Como a integração eficaz dos direitos humanos e da ética na formação de alunos soldados da polícia militar pode ajudar a restaurar a confiança da sociedade na aplicação da lei, promover uma atuação policial mais justa e respeitosa e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios crescentes da segurança pública em uma sociedade em constante mudança?”

Justificando a escolha do tema, entende-se que esta pesquisa visa aprofundar a compreensão e destacar a importância da integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos soldados da polícia militar. Em um mundo em constante evolução, a aplicação da lei enfrenta desafios complexos e crescentes que permitem uma resposta eficaz e justa. A sociedade contemporânea exige uma polícia que seja capaz de manter a ordem pública, respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos e responder às expectativas de uma atuação respeitosa.

A situação-problema descrita acima ilustra a urgência dessa pesquisa. Abordar essa questão é fundamental para restaurar a confiança da sociedade na aplicação da lei, promover uma sociedade mais segura e justa e garantir que os profissionais de segurança pública estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios dinâmicos que se apresentam. Como a formação de policiais militares pode ser aprimorada para atender às expectativas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios emergentes da segurança pública.

Esta pesquisa é de extrema importância para a Polícia Militar, pois aborda questões fundamentais relacionadas à formação de seus profissionais. A integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos soldados não é apenas um requisito imperativo diante das expectativas da sociedade contemporânea, mas também uma necessidade interna para a instituição policial. O aprimoramento da formação, com ênfase nos direitos humanos e na ética, não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados à comunidade, mas também ajuda a fortalecer a imagem da Polícia Militar como uma instituição comprometida com a justiça e o respeito aos direitos dos cidadãos. Além disso, contribui para a redução de casos de má conduta policial, fortalece a relação de confiança entre a polícia e a sociedade e, em última instância, cria um ambiente de segurança pública mais eficaz e coeso. Portanto, esta pesquisa não apenas responde às demandas da sociedade, mas também atende aos interesses e à missão da própria Polícia Militar, contribuindo para uma atuação mais profissional, justa e ética de seus integrantes.

Exemplos recentes de tensões entre a polícia e a comunidade, bem como de protestos

que clamam por justiça e igualdade, destacam a necessidade de uma atuação policial mais justa, respeitosa e eficaz. Isso nos leva à questão central desta pesquisa: como as mudanças no processo de ensino-aprendizagem na formação de alunos soldados da polícia militar, com um foco específico na integração dos direitos humanos e da ética, podem contribuir para uma atuação policial que responda às expectativas da sociedade contemporânea e promova uma sociedade mais segura e justa.

A integração dos direitos humanos e da ética na formação policial é essencial para garantir a atuação justa e respeitosa dos policiais militares. Em um mundo onde os desafios à segurança pública são complexos e dinâmicos, é crucial que os profissionais de segurança compreendam e respeitem os direitos fundamentais dos cidadãos. Esta pesquisa justifica a necessidade de promover uma abordagem mais humanizada na atuação policial, adaptada às expectativas da sociedade contemporânea.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada na vivência dos alunos soldados durante seu processo de formação na polícia militar. Serão realizadas entrevistas e questionários para entender as perspectivas dos alunos sobre a integração dos direitos humanos e da ética em seu treinamento. Além disso, será realizada uma revisão detalhada das regulamentações e diretrizes relacionadas à formação policial para compreender como esses conceitos são incorporados oficialmente.

O recorte temporal desta pesquisa ocorrerá na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, juntamente com os alunos-soldados da turma da 5ª Companhia, Pelotão-GOLF composto tanto por mulheres quanto por homens, que ingressaram na academia e estão passando por este processo de formação, num período de tempo que foi entre o mês de setembro e outubro de 2023.

À medida que as sociedades evoluem, é imperativo que as instituições de segurança pública também evoluam. A integração dos direitos humanos e da ética na formação de policiais militares é uma etapa fundamental para garantir que esses profissionais atuem de maneira justa e respeitosa, contribuindo para uma sociedade segura e justa. Esta pesquisa tem como objetivo fornecer insights valiosos sobre como essa integração pode ser aprimorada e fortalecida para o benefício de todos os cidadãos. Afinal, a missão da polícia militar não deve ser apenas manter a ordem pública, mas também proteger os direitos e a dignidade de todos os indivíduos que servem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura é um componente essencial deste estudo, pois estabelece o alicerce teórico e conceitual para a compreensão do papel crucial que os direitos humanos influenciam na formação de policiais militares. Os direitos humanos são o conjunto de princípios universais que afirmam a dignidade e os direitos inalienáveis de todos os seres humanos. Eles representam um marco fundamental na evolução dos valores e normas que regem as relações entre os indivíduos e as instituições, incluindo as forças de segurança. Os direitos humanos são alicerces na ideia de que todos os seres humanos merecem igualdade perante a lei, liberdade de expressão, justiça, segurança e proteção contra a violação de seus direitos fundamentais. Nesta revisão de literatura, exploraremos o conceito de direitos humanos, sua relevância na aplicação da lei e como sua integração na formação de policiais militares é essencial para garantir que esses profissionais sejam de maneira justa, respeitosa e em conformidade com os princípios universais que regem a convivência humana.

A relação entre os direitos humanos e a formação policial é uma questão de destaque no cenário global contemporâneo. A integração eficaz dos direitos humanos e da ética na formação de policiais militares é fundamental para o desenvolvimento de forças de segurança que não apenas mantenham a ordem pública, mas também respeitem e protejam os direitos fundamentais dos cidadãos. Nesta seção, exploraremos a literatura relevante que fundamenta essa integração, examinando os princípios dos direitos humanos, os desafios éticos enfrentados pelos policiais em sua atuação e as experiências internacionais que oferecem insights valiosos sobre como a formação policial pode ser aprimorada para promover uma atuação mais justa e seguro.

Por isso é importante destacar que uma instituição que adota a defesa territorial e soberania nacional como fontes basilares a serem defendidas, além de serem preparadas para a guerra contra inimigo externo como caso do Exército, pode não ter como foco principal o respeito à dignidade da pessoa humana, pois o que importa é combater o inimigo, enquanto a polícia deve cuidar da manutenção da ordem pública e principalmente proteger o cidadão e não considerá-lo inimigo, respeitando os Direitos Humanos, e acima de tudo, focado na preservação da dignidade da pessoa humana. Então, por que ainda vemos desrespeitos aos Direitos Humanos praticados por alguns policiais militares? A formação destes não deveria estar focada em proteger o cidadão e respeitar os Direitos Humanos, já que isso não se contrapõe com a obrigação de fazer cumprir a lei? Percebe-se que o problema pode estar não só na formação do policial militar, mas também ressentido da cultura nacional, em que o povo suplica que a decisão seja imediata com a vontade da eliminação do criminoso. Ademais a polícia militar, mesmo na sua especial condição de força reserva e auxiliar do Exército brasileiro, precisa ter uma formação diferente das FFAA, já que a natureza do serviço policial militar é, primordialmente, preservar a lei e proteger o cidadão. (CARMO, FAHUR, ABREU JÚNIOR, LIMA, HORNUNG, 2020, p. 02)

A relação entre a formação policial militar e o respeito aos Direitos Humanos é complexa e multifacetada. Como mencionado anteriormente, instituições como o Exército um foco distinto, priorizando a defesa territorial e a soberania nacional, o que pode não estar alinhado com a ênfase na proteção do cidadão e no respeito aos Direitos Humanos, como é esperado da polícia. No entanto, isso não justifica os desrespeitos aos Direitos Humanos por parte de alguns policiais militares. A formação desses profissionais deveria estar intrinsecamente ligada à proteção do cidadão e ao cumprimento da lei, sem comprometer os princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

A questão da questão parece não estar apenas na formação policial militar, mas também reflete uma cultura nacional que, por vezes, exige respostas imediatas e até mesmo a eliminação de crimes. Essa cultura pode influenciar a atitude dos policiais militares, levando a situações em que os Direitos Humanos são desconsiderados em favor de uma suposta eficácia na aplicação da lei. No entanto, é crucial lembrar que a polícia militar, embora seja uma força auxiliar do Exército brasileiro, tem uma missão diferente, centrada na preservação da lei, na proteção do cidadão e, acima de tudo, no respeito à dignidade da pessoa humana. (CARMO, FAHUR, ABREU JÚNIOR, LIMA, HORNUNG, 2020)

Essa distinção fundamental entre a missão das Forças Armadas e da polícia militar destaca a importância de uma formação que enfatize os princípios dos Direitos Humanos e a ética, para que os policiais militares sejam devidamente instalados para equilibrar a aplicação da lei com o respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos. A próxima seção deste artigo explorará como a formação policial militar poderá ser aprimorada para promover uma atuação mais justa e segura, alinhada com os princípios dos Direitos Humanos.

Dentro desses princípios faz-se necessário a adequação de currículos que sirvam de eixos norteadores de modo a permear todo o conteúdo previsto nas ementas de matérias ensinadas nos bancos escolares das academias de polícia, centro de ensinos ou apenas em instruções rotineiras. Em meados de dois mil e três, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) lançou a matriz Curricular Nacional, que possuía os referenciais de orientação aos cursos de formação e aperfeiçoamento dos militares estaduais, abrangendo o ensino de Direitos humanos na formação dos agentes de segurança, através do qual seria estimulado o desenvolvimento das competências conceituais, procedimentais e atitudinais, permeando-se pela contextualização, pela interdisciplinaridade e pela transversalidade dos temas relacionados aos direitos das pessoas. (CARMO, FAHUR, ABREU JÚNIOR, LIMA, HORNUNG, 2020, p, 06)

Essa ênfase na importância da adequação dos currículos e na integração dos princípios

dos Direitos Humanos como eixos norteadores é um passo fundamental para a transformação efetiva da formação policial militar. Em 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) deu um passo significativo nesse sentido ao lançar a Matriz Curricular Nacional, a qual distribui diretrizes e referenciais para os cursos de formação e aperfeiçoamento dos militares estaduais. (CARMO, FAHUR, ABREU JÚNIOR, LIMA, HORNUNG, 2020)

A Matriz Curricular Nacional, ao incluir o ensino de Direitos Humanos na formação dos agentes de segurança, delineou uma abordagem educacional que busca estimular o desenvolvimento de competências conceituais, procedimentais e atitudinais. Ela promove a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade dos temas relacionados aos direitos das pessoas em todos os aspectos da formação policial. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da necessidade de cultivar não apenas o conhecimento teórico, mas também a capacidade de aplicar os princípios dos Direitos Humanos na prática.

No entanto, apesar dos avanços representados pela Matriz Curricular Nacional, ainda enfrentamos desafios significativos na eficácia da implementação desses princípios na formação policial militar e, subsequentemente, na atuação cotidiana dos policiais. É importante avaliar como as diretrizes da Matriz Curricular Nacional foram inovadoras nas academias de polícia, nos centros de ensino e nas instruções rotineiras.

A interdisciplinaridade articula conhecimentos dentro do currículo, favorece o diálogo entre as diversas áreas, rompe as fronteiras entre as disciplinas, visando eliminar a fragmentação e falência do conhecimento e buscando a totalidade do ensino. Podemos afirmar que “a interdisciplinaridade não se ensina, não se aprende, apenas vive-se, exerce-se e por isso exige uma nova pedagogia, a da comunicação”. A transversalidade consiste em interação, organização cooperativa e coordenada do ensino, um trabalho feito em comum. Ela é um Intercâmbio entre as disciplinas. Trata de problemáticas sociais atuais e urgentes e seus temas, por estarem contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e por não terem ligação com nenhuma matéria, são comuns a todas elas. É a transversalidade que leva à prática a concepção de formação integral. (CARMO, FAHUR, ABREU JÚNIOR, LIMA, HORNUNG, 2020, p, 08)

A interdisciplinaridade e a transversalidade emergem como princípios pedagógicos fundamentais na construção de um currículo eficaz para a formação policial militar. A interdisciplinaridade, conforme descrita por Fazenda (1996), transcende as barreiras entre disciplinas acadêmicas e busca uma abordagem holística do conhecimento. Ela promove o diálogo entre diferentes áreas do saber, evoluindo para a eliminação da fragmentação do conhecimento e para a busca da totalidade na educação. Não se trata apenas de ensinar e

aprender, mas de viver e praticar a interdisciplinaridade, que exige uma nova pedagogia centrada na comunicação.

A transversalidade, por sua vez, envolve uma interação e uma colaboração coordenada no ensino. Ela implica um trabalho conjunto entre as disciplinas, com foco em problemas sociais contemporâneos e urgentes. Os temas transversais, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não estão vinculados a uma matéria específica, sendo compartilhados por todas as disciplinas. A transversalidade materializa a concepção de uma formação integral, que não se limita à mera aquisição de conhecimento, mas busca preparar os policiais militares para compreender e enfrentar desafios complexos da sociedade.

A aplicação desses princípios na formação policial militar é essencial para equipar os futuros profissionais com uma visão ampla e interconectada dos direitos humanos, da ética e da aplicação da lei. Através da interdisciplinaridade e da transversalidade, os conceitos relacionados aos direitos humanos podem ser explorados em diferentes contextos e situações, permitindo que os futuros policiais compreendam a relevância desses princípios em todas as áreas de atuação.

Numa aparente contradição, apesar do contorno dramático que o campo da segurança tem assumido no Brasil nos últimos anos, não podemos deixar de reconhecer avanços significativos em determinados territórios que, se não foram capazes de provocar mudanças efetivas no modelo de segurança pública, representaram ganhos incrementais e pautaram discussões mais qualificadas sobre o tema na agenda das políticas públicas. Representaram a inclusão de novos temas e atores no debate sobre segurança pública no Brasil, com destaque para a universidade e para a sociedade civil. Dito de outra forma, o colapso do sistema de justiça e segurança pública descrito anteriormente tem merecido a atenção de diferentes atores políticos e sociais, mas, paradoxalmente, essa mesma atenção não tem sido suficiente para ir além de medidas incrementais; não tem sido suficiente para inserir o tema das reformas estruturais da segurança pública no rol das prioridades da agenda pública nos últimos 27 anos. Nessa direção, a linha do tempo a seguir inventaria algumas das principais ações da União, das unidades da federação e dos municípios no campo da segurança pública, desde a década de 1980, na ideia de identificar pontos de convergência e propostas mais eficientes para o aprimoramento do sistema de justiça e segurança pública. (LIMA, BUENO, MINGUARDI, 2016, p, 06)

Esse aparente paradoxo revela a complexidade do cenário da segurança pública no Brasil. Embora os desafios e crises nesse campo tenham aumentado uma dimensão dramática nos últimos anos, é fundamental reconhecer que houve avanços significativos em áreas específicas. Esses avanços, embora não tenham sido capazes de promover mudanças estruturais profundas no modelo de segurança pública, representam passos incrementais na direção certa.

(LIMA, BUENO, MINGUARDI, 2016)

Um desses avanços notáveis foi a inclusão de novos temas e atores no debate sobre segurança pública no país. Destacam-se, em especial, a participação ativa da academia e da sociedade civil. A universidade, com sua capacidade de pesquisa e análise, trouxe uma perspectiva crítica e embasada em evidências para o campo da segurança, contribuindo para uma discussão mais informada e comprometida. Por outro lado, a sociedade civil, por meio de organizações não governamentais e movimentos sociais, desempenha um papel fundamental na mobilização pela defesa dos direitos humanos.

Assim, os enunciados legitimados continuam a ser os provenientes dos universos jurídico-penal e do combate ao inimigo. No primeiro caso, trata-se apenas da redução de conflitos sociais a tipos penais, desprezando a natureza dos conflitos e suas configurações, que engendram regras e padrões de sociabilidades, constituem e põem em confronto identidades individuais e coletivas. No segundo caso, segmentos sociais são vistos como intrinsecamente perigosos e objeto constante de vigilância e neutralização. A visão penalizante e técnica deslegítima, em decorrência, a participação social e a contribuição de outros profissionais e saberes para a administração de conflitos. A CF de 1988 avançou na sinalização de um novo conceito de segurança pública. Algumas inovações para o cotidiano do trabalho policial merecem destaque: a abolição da prisão correccional e a completa judicialização de todas as modalidades de prisão, retirando da discricionariedade policial a prisão administrativa. Isso foi uma mudança simbólica de importância, que levou contingentes de policiais a criticar a normatividade democrática por ter ela “retirados os instrumentos de trabalho da polícia”. Porém, nunca é demais ponderar que as pesquisas recentes têm demonstrado que a tendência majoritária dos juizes é de conceder os pedidos de prisão provisória dos delegados. (VASCONCELLOS, 2008) apud (LIMA, BUENO, MINGUARDI, 2016, p, 09)

Nesse contexto, é importante ressaltar que os enunciados legitimados continuam a emanar principalmente dos universos jurídico-penais e do combate ao inimigo. No primeiro caso, a abordagem se limita muitas vezes à simples classificação de conflitos sociais como tipos penais, ignorando a complexidade das origens desses conflitos e as diferentes configurações que eles podem assumir. Isso resulta em uma análise superficial que desconsidera a natureza intrincada das relações sociais, bem como os padrões de sociabilidade e as identidades individuais e coletivas que estão no jogo.

No segundo caso, observamos uma visão que tende a estigmatizar segmentos sociais inteiros, considerando-os intrinsecamente perigosos e, portanto, sujeitos a vigilância constante e neutralização. Essa abordagem, muitas vezes, coloca a sociedade em um estado de constante suspeita, afetando a confiança nas instituições de segurança pública. (LIMA, BUENO, MINGUARDI, 2016)

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo ao sinalizar um novo conceito de segurança pública. Ela mudou mudanças importantes para o cotidiano do trabalho policial, incluindo a abolição da prisão correccional e a judicialização completa de todas as modalidades de prisão. Isso retirou da discricionariedade policial a prerrogativa de efetuar prisões administrativas, marcando uma transformação simbólica significativa. (LIMA, BUENO, MINGUARDI, 2016)

No entanto, é importante notar que essas mudanças também geraram resistência em alguns setores policiais, que argumentavam que a normatividade democrática "retirou os instrumentos de trabalho da polícia". É essencial considerar que as transformações na forma como a segurança pública são abordadas podem suscitar controvérsias e desafios, mas também podem representar passos importantes na direção a uma abordagem mais democrática e respeitosa dos direitos humanos.

Pesquisas recentes indicam que, em muitos casos, a tendência majoritária dos juízes é conceder os pedidos de prisão provisória apresentados pelos delegados, demonstrando a continuidade de certas práticas no sistema de justiça criminal. Portanto, embora a Constituição de 1988 tenha introduzido mudanças positivas, ainda persistem desafios na implementação efetiva de um modelo de segurança pública que seja mais alinhado com os princípios dos direitos humanos e da democracia.

Benevides (1994), mostra que a discussão dos direitos humanos como um “tema global” envolve a compreensão de que se trata de um conjunto de valores fundamentais que transcendem barreiras geográficas, culturais e políticas. Significa que, no âmbito das ideias e princípios, existe um consenso global de que todos os seres humanos, independentemente de suas características individuais ou coletivas, têm direitos inalienáveis e dignidade intrínseca. Isso implica reconhecer que todos os seres humanos têm direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei e às outras liberdades e direitos fundamentais, como liberdade de expressão, religião e associação.

Analisando, o que se compreende como o discurso dos direitos humanos, segundo Arifa (2018), mostra que, quanto ao se remete a análise da aplicabilidade dos direitos humanos dentro de um cenário em questões controvérsias, onde a autora mostra que:

O conceito e o discurso dos direitos humanos, sem dúvida, são dotados de importância teórica e prática. A sua aplicação, contudo, tem-se banalizado. Diante da alta carga de idealismo, da vagueza, da generalidade e da abstração do termo direitos humanos, tudo se torna passível de inclusão na sua agenda. A humanização dos direitos, nos seus mais variados sentidos, é utilizada como mero argumento de autoridade e com a finalidade de fazer prevalecer

determinado tipo de linguagem e de norma sobre outras. (AIFRA, 2018, p, 02).

Embora o conceito e o discurso dos direitos humanos sejam de extrema importância tanto teórica quanto prática, sua aplicação pode, em alguns casos, tornar-se vaga e abstrata. A linguagem ampla e geral dos direitos humanos pode, em certos contextos, perder seu impacto e significado original. A humanização dos direitos humanos, muitas vezes, é usada de forma seletiva ou retórica para promover interesses específicos ou impor normas particulares. Essa crítica destaca a necessidade de abordar os direitos humanos com um equilíbrio cuidadoso entre o idealismo e a aplicação concreta, a fim de evitar que se tornem um conceito vago ou instrumento político desprovido de substância.

A proteção do ser humano contra todas as formas de dominação ou do poder arbitrário é da essência do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Orientado essencialmente à proteção das vítimas, reais (diretas e indiretas) e potenciais, regula as relações entre desiguais, para os fins de proteção, e é dotado de autonomia e especificidade própria. (TRINDADE, 2007, apud, AIFRA, 2018, p, 02).

Sobre o quesito da proteção do indivíduo, representando na figura do ser humano nota-se que garantir a proteção dos seres humanos contra qualquer forma de dominação ou poder arbitrário. Essa área de direito é intrinsecamente orientada para a proteção das vítimas, sejam elas vítimas diretas ou indiretas, e as mesmas que tenham potencial para serem vítimas de violência ocular.

“Mais do que uma época de transformações, vivemos uma verdadeira transformação de época” (Trindade, 2007, p. 227), em que se nota uma crescente vulnerabilidade dos seres humanos em face das novas ameaças do mundo exterior. Nesta nova realidade mundial, sem parâmetros definidos e, portanto, tão ameaçadora, têm-se diversificado as fontes de violações dos direitos humanos e novas formas de discriminação e exclusão têm surgido. Os problemas comumente relacionados aos direitos humanos já não se reduzem aos decorrentes da confrontação e repressão políticas, passam a ter um espectro muito mais amplo de incidência. (AIFRA, 2018, p, 12).

Nesse cenário, a transparência dos direitos humanos não se limita mais aos problemas tradicionalmente relacionados ao confronto político e à repressão. Pelo contrário, há uma diversificação nas fontes de transparência dos direitos humanos, e surgem novas formas de discriminação e exclusão. Isso indica que as questões de direitos humanos se expandem e abrangem uma variedade mais ampla de desafios, refletindo a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, o parágrafo destaca a importância de consideração dessa evolução

para abordar especificamente as questões de direitos humanos na atualidade.

Trazendo essa realidade, para dentro da Academia da Polícia Militar, nota-se que é um assunto atual e complexo de ser tratado e ainda, uma vez que o ato de realmente poder clamar o que se entende por direitos humanos uma vez que está pelo lado de bandidos, Vieira e Silveira (2019), mostra que:

O alto índice de policiais mortos no Brasil nos últimos anos é alarmante, pois só no ano de 2016 foram 437 servidores e o Rio Grande do Sul nesse ano ficou em 10º lugar com 11 mortos. Já em 2017 caiu o número de vítimas fatais, sendo de 371 ao total e nosso Estado caiu para a 12º posição com 6 policiais mortos. 1 No entanto, estes profissionais, antes de serem policiais, são cidadãos; antes de ser o Estado, são pessoas, e infelizmente não se vê repercussão ou alguém dos Direitos Humanos intervindo nesses índices, tampouco mudanças em nós como sociedade para valorizarmos essa profissão que é de suma importância. (VIREIRA E SILVEIRA, 2019, p, 581).

Sem dúvida, o alto número de policiais mortos no Brasil nos últimos anos é uma preocupação alarmante que merece atenção. Esses profissionais, antes de vestirem o uniforme da polícia, são cidadãos com direitos fundamentais que devem ser protegidos. É essencial lembrar que, antes de representarem o Estado, são pessoas com famílias, sonhos e aspirações. A falta de repercussão e intervenção dos Direitos Humanos nesses índices alarmantes é um ponto de reflexão significativo. Deveríamos considerar como sociedade o que podemos fazer para valorizar a profissão policial, confirmando a importância do trabalho desses profissionais na manutenção da ordem pública e na proteção da comunidade. Nesse contexto, é vital buscar maneiras de garantir tanto a segurança dos cidadãos quanto a dos próprios policiais, promovendo uma abordagem humanizada que respeite os direitos e a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua ocupação.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa. O objetivo é compreender mais profundamente o processo de formação de alunos da polícia militar do estado de Goiás, e sua relação com os direitos humanos. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário preenchido no Google Forms. Esse método foi escolhido devido à facilidade de acesso e preenchimento para os participantes.

Os participantes da pesquisa são membros do grupo de formação de alunos da Quinta Companhia, Pelotão Golf, que iniciaram sua formação em 5 de junho de 2023. O questionário

será distribuído por meio de um grupo no WhatsApp dos alunos-soldados, onde os participantes receberem o link para acessando e respondendo às perguntas. Eles serão informados sobre a pesquisa e terão a oportunidade de dar seu consentimento para participar.

As perguntas do questionário abordaram vários aspectos do processo de formação, com foco especial na integração dos direitos humanos. A análise dos dados encontrados será realizada por meio de análise de conteúdo, permitindo categorizar e interpretar as respostas dos participantes. É importante ressaltar que a pesquisa será realizada em conformidade com as diretrizes éticas e de privacidade, garantindo o anonimato daqueles que desejarem.

A coleta de dados está agendada para entre os meses de setembro e outubro de 2023, e a análise dos resultados ocorrerá após a conclusão da coleta de dados. Esta metodologia foi escolhida devido à sua capacidade de fornecer insights valiosos sobre a relação entre o processo de formação de alunos soldados e os direitos humanos, com a esperança de contribuir para uma atuação policial mais informada e ética.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentaremos os resultados da pesquisa, obtidos a partir da coleta de dados realizada com os alunos soldados da Quinta Companhia, Pelotão Golf, da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Os dados obtidos forneceram uma visão aprofundada do processo de formação. Além disso, realizaremos uma discussão crítica dos resultados, explorando as implicações dessas descobertas para a atuação policial, a integração dos direitos humanos na formação e como isso pode contribuir para uma sociedade mais justa e segura. Os resultados e resultados apresentados nesta seção são essenciais para a compreensão do impacto das práticas de formação dos alunos soldados e como elas se relacionam com a missão de manter a ordem pública e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Sobre o questionário semiestruturado pelo Google Forms, sendo seis perguntas de cunho objetivo e uma pergunta de cunho discursivo, onde dos 24 indivíduos que responderam as perguntas pelo questionário eletrônico, sendo 15 integrantes do sexo masculino e 9 integrantes do sexo feminino.

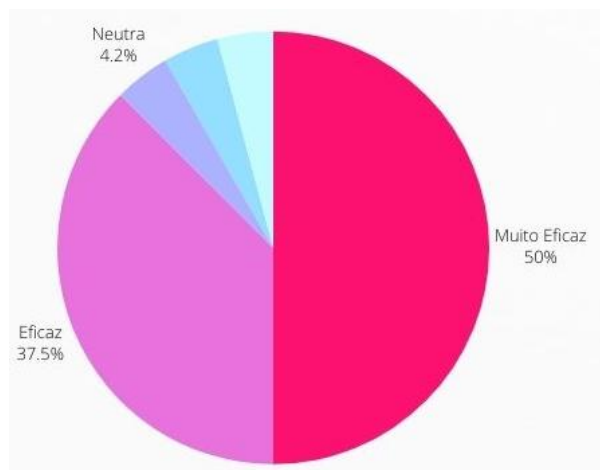


GRÁFICO 01: Percepção da Abordagem Atual da Ética e dos Direitos Humanos no Currículo de Formação de Alunos-Soldados da Polícia Militar.

FONTE: Gráfico produzido pelo autor (2023)

A primeira pergunta, que foi questionada juntamente com aqueles que disponibilizaram um tempo para poder responder ao questionário foi a seguinte: “ Como você percebe a abordagem atual da ética e dos direitos humanos no currículo da formação de alunos-soldados da Polícia Militar?”

Com base nas respostas dos alunos-soldados em relação à pergunta sobre a abordagem atual da ética e dos direitos humanos em seu currículo de formação, a maioria dos participantes expressou uma percepção positiva. A categoria foi a mais comum, deixando que esses alunos considerem a abordagem atual altamente eficaz na integração da ética e dos direitos humanos em seu treinamento. Além disso, algumas respostas foram definidas como "eficaz", indicando que, embora haja uma percepção positiva, existe espaço para melhorias. No entanto, uma resposta "Ineficaz" apontada para possíveis desafios ou preocupações na forma como esses tópicos são abordados. Essas percepções fornecem um ponto de partida valioso para uma discussão mais aprofundada sobre como a formação dos alunos-soldados se relaciona com a ética e os direitos humanos e como essa integração pode ser fortalecida no prol de uma atuação policial mais informada e ética.

Essas primeiras percepções revelam uma tendência geral de avaliação positiva em relação à abordagem da ética e dos direitos humanos na formação dos alunos-soldados. No entanto, a resposta "Ineficaz" destaca a importância de considerar as áreas que podem necessitar de aprimoramento ou maior atenção.

A Constituição Federal de 1988 preleciona em seu art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” que a mesma “será promovida

e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2010, p. 1.326). Corroborando com a CF/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) afirma, em seu art.1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa”, acrescentando os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. (RIBEIRO, 2018, p, 55)

Uma análise da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996) em qualquer campo do conhecimento destaca a importância da educação como um direito assegurado, com o propósito de preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ela vai além das instituições de ensino e abrange todos os processos formativos que ocorrem na vida humana.

Nesse contexto, a formação dos alunos-soldados na Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás assume um papel crucial. A educação oferecida a esses futuros profissionais não se limita apenas aos aspectos técnicos, mas também desempenha um papel fundamental na promoção dos valores éticos e dos direitos humanos. A percepção dos alunos-soldados em relação à eficácia dessa abordagem na primeira pergunta de nosso questionário reflete diretamente a integração desses princípios na formação, e fornece uma percepção valiosa sobre como a formação policial contribui para a cidadania e qualificação profissional. Portanto, a análise conjunta da literatura e dos resultados do questionário destacou a importância dessa formação abrangente e a necessidade de avaliações contínuas e aprimoramento no processo educacional.

Uma análise do Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, conforme a Portaria nº 12.175/2019, revela um compromisso com a formação abrangente dos cursos de Praças. Essa formação aborda tanto habilidades técnicas quanto teoria, com foco na conscientização e responsabilidade na execução, gestão e avaliação dentro dos limites das atribuições atribuídas.

Essa abordagem demonstra um esforço em preparar os profissionais da Polícia Militar não apenas com as habilidades técnicas necessárias para o cumprimento de suas funções, mas também com uma compreensão teórica que os capacita a tomar decisões conscientes e éticas. Além disso, a ênfase na responsabilidade e no respeito às posições reflete a importância da disciplina e do cumprimento das normas na atuação policial.

Esta análise reforça a relevância da formação dos alunos soldados, pois demonstra que o regulamento educacional da instituição aborda aspectos fundamentais relacionados à ética, responsabilidade e habilidades técnicas.

Na segunda pergunta, que foram feitas para serem realizadas no questionário, que consiste em: “Como o histórico da formação de alunos-soldados na Polícia Militar tem evoluído ao longo dos anos em relação à inclusão de conteúdo relacionado a ética e direitos humanos? ”. Observa-se variação significativa nesse enfoque ao longo do tempo e em diferentes regiões e instituições. Tradicionalmente, a inclusão de conteúdos éticos e de direitos humanos tem ganhado destaque em organizações policiais em escala global, incluindo a Polícia Militar.

No decorrer dos anos, houve uma mudança paradigmática em diversas instituições policiais, reconhecendo a importância de instilar valores éticos e o respeito aos direitos humanos entre seus membros. Essa transformação responde diretamente às crescentes preocupações relacionadas a abusos de poder, discriminação e violações dos direitos humanos por parte das forças de segurança.

A formação de alunos-soldados na Polícia Militar é um processo dinâmico, adaptando-se continuamente às demandas sociais e à necessidade premente de uma força policial mais ética e comprometida com os direitos humanos. A análise das respostas obtidas fornecerá insights valiosos sobre percepções diversas acerca dessa evolução, revelando tanto avanços significativos quanto progressos mais moderados.

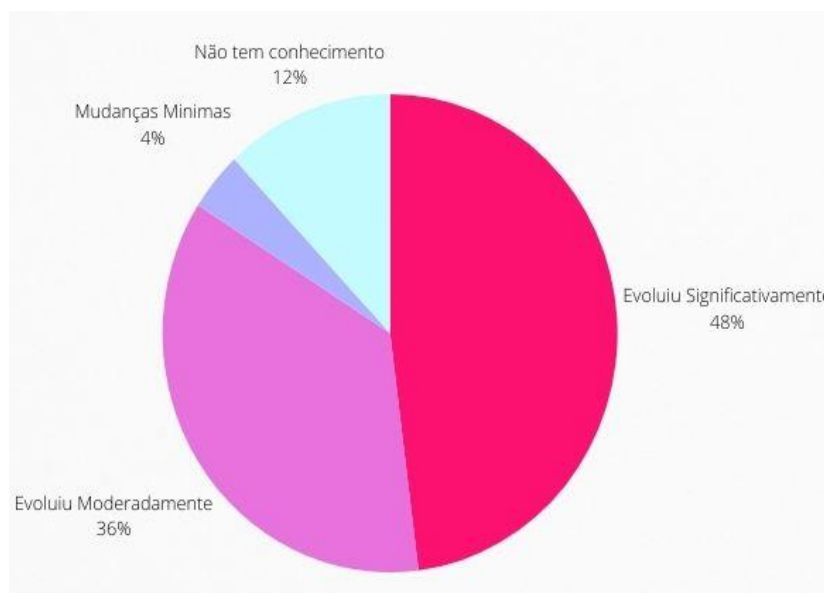


Gráfico 02: Evolução da Ênfase em Ética e Direitos Humanos na Formação de Alunos-Soldados da Polícia Militar: Uma Análise Temporal e Regional
Fonte: Elaborado pelo aluno (2023)

A análise da evolução na inclusão de conteúdo relacionado à ética e direitos humanos na formação de alunos-soldados na Polícia Militar revela uma dinâmica complexa e

multifacetada. As respostas obtidas oferecem percepções variadas, destacando tanto avanços significativos quanto progressos mais moderados ao longo do tempo e em diferentes regiões.

O reconhecimento crescente da importância desses temas reflete uma mudança de paradigma em instituições policiais, que agora valorizam a promoção de valores éticos e o respeito aos direitos humanos como fundamentais para uma atuação eficaz e responsável das forças de segurança.

Agora, a pergunta 03: “Qual é a sua percepção sobre a importância da ética e dos direitos humanos na atuação policial? Como isso influencia o desempenho dos alunos-soldados?”

A análise destaca a percepção dos entrevistados sobre a relevância incontestável da ética e dos direitos humanos na atuação policial. Todos os participantes enfatizaram a importância desses princípios, indicando um consenso notável dentro do grupo de entrevistados.

A uniformidade das respostas, todas indicando que a ética e os direitos humanos são percebidos como "importantes", sugere um alinhamento significativo nas opiniões dos entrevistados. Esse consenso é fundamental para estabelecer uma base sólida de valores éticos compartilhados.

A repetição do termo "importante" em todas as respostas aponta para a convicção de que a incorporação desses valores na formação influencia diretamente o desempenho dos alunos-soldados. Essa relação é crucial para a eficácia e legitimidade da atuação policial.

A convergência nas respostas sugere a existência de valores éticos sólidos dentro da instituição policial em análise. Essa consistência é vital para promover uma cultura organizacional que valorize a ética e o respeito aos direitos humanos.

O consenso identificado enfatiza a importância de manter um diálogo contínuo sobre ética e direitos humanos ao longo da carreira dos alunos-soldados. Esse diálogo pode fortalecer ainda mais a conscientização e a aplicação prática desses valores.

Dada a percepção unânime sobre a importância, é recomendável que a instituição continue fortalecendo os elementos éticos nos programas de formação. Introduzir práticas inovadoras, estudos de caso e treinamentos práticos pode ampliar a compreensão e aplicação desses princípios.

A instituição deve implementar mecanismos de avaliação contínua para medir o impacto da formação ética na atuação dos alunos-soldados. Isso inclui a coleta de feedback, análises de desempenho e revisões periódicas para garantir a eficácia e relevância contínuas desses valores.

A análise das respostas evidencia uma perspectiva unânime sobre a importância da ética e dos direitos humanos na atuação policial. Este entendimento compartilhado serve como uma base sólida para aprimorar os programas de formação, fortalecer a cultura ética e promover uma atuação policial mais eficiente e responsável.

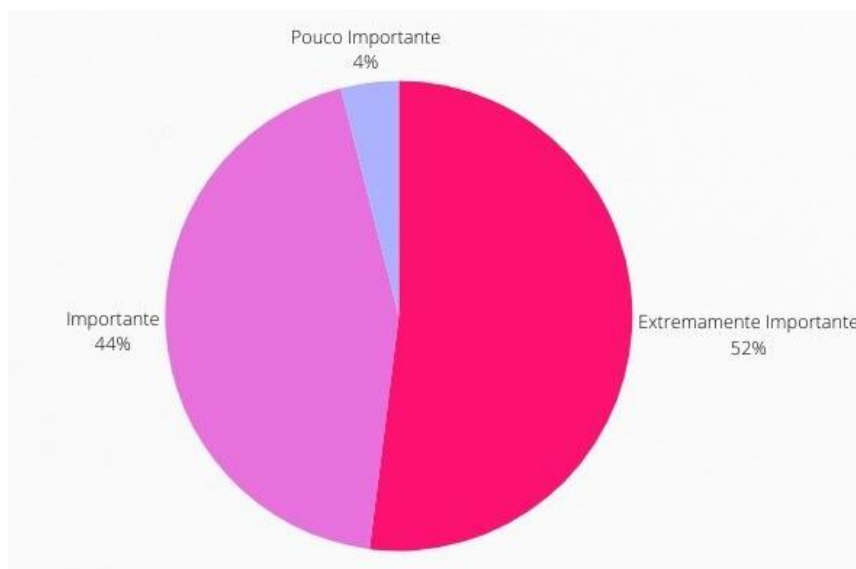


Gráfico 03: Percepção Unânime sobre a Importância da Ética e Direitos Humanos na Atuação Policial
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em síntese, a análise das respostas dos entrevistados revela uma unânime percepção sobre a importância incontestável da ética e dos direitos humanos na atuação policial. O consenso reflete não apenas um alinhamento nas opiniões, mas também destaca a relevância fundamental desses princípios na formação dos alunos-soldados. A consistência nas respostas sugere a existência de uma cultura organizacional sólida, onde a ética é reconhecida como um pilar essencial para o desempenho eficaz e responsável das forças de segurança. A recomendação para manter um diálogo contínuo, fortalecer a formação ética e implementar avaliações regulares evidencia a busca por um aprimoramento constante, consolidando a importância desses valores na construção de uma força policial ética, legitimada e comprometida com os direitos humanos.

Na pergunta 4: “Como os instrutores e policiais formados percebem a relevância da compreensão ética e dos direitos humanos na prática policial?”, sobre a importância e o preparo dos instrutores, que ministram o curso para formação de alunos soldados.

A pergunta sobre como instrutores e policiais formados percebem a relevância da compreensão ética e dos direitos humanos na prática policial proporciona uma base sólida para uma análise abrangente. A resposta a essa indagação pode oferecer insights valiosos sobre a percepção que aqueles que estão envolvidos diretamente na formação e na aplicação prática da

polícia têm em relação a esses princípios fundamentais.

A análise das respostas dos entrevistados revela uma unânime e inequívoca percepção sobre a extrema relevância da compreensão ética e dos direitos humanos na prática policial. O consenso reflete uma compreensão compartilhada entre instrutores e policiais formados de que esses princípios são fundamentais para a eficácia e legitimidade da atuação policial. A consistência nas respostas, todas categorizadas como "muito relevante", destaca não apenas a importância, mas a necessidade crítica de cultivar uma compreensão sólida desde o início da formação. Essa concordância reforça a urgência de manter e fortalecer programas de formação que priorizem não apenas habilidades técnicas, mas também a integração de valores éticos e de respeito aos direitos humanos. Assim, a promoção de uma atuação policial justa, responsável e alinhada com as expectativas da sociedade é enraizada desde o início da carreira, solidificando uma cultura organizacional que valoriza a ética como alicerce essencial.

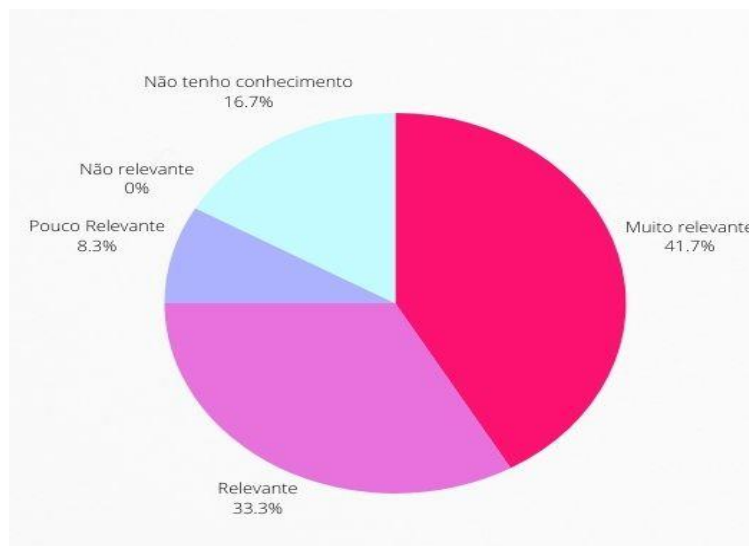


Gráfico 04: Perspectivas dos Instrutores e Policiais Formados: Relevância da Compreensão Ética e dos Direitos Humanos na Atuação Policial
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em síntese, a homogeneidade das respostas, todas categorizadas como "muito relevante" pelos instrutores e policiais formados, revela uma consonância notável quanto à percepção sobre a imprescindível importância da compreensão ética e dos direitos humanos na prática policial. Este alinhamento de perspectivas transcende uma mera concordância superficial, indicando uma compreensão coletiva de que esses princípios éticos são pilares fundamentais para uma atuação policial eficiente e moralmente responsável. Tal consenso enfatiza a necessidade premente de cultivar não apenas habilidades técnicas, mas também um profundo entendimento ético desde as fases iniciais da formação. Assim, reforça-se a importância estratégica de investir em programas formativos que promovam uma cultura organizacional

intrinsecamente ética, contribuindo para a construção de forças de segurança que se alinhem de maneira sólida e duradoura com as expectativas da sociedade que servem.

O ensino militar no Brasil tem uma longa história, moldada por diversos contextos, incluindo guerras, conflitos e influências de correntes filosóficas, como o positivismo. A formação dos militares no país tem sido tradicionalmente voltada para a preparação técnica e tática, visando atender às demandas específicas das Forças Armadas.

Historicamente, o ensino militar no Brasil foi influenciado por eventos como a Guerra do Paraguai e a participação em missões internacionais. Ao longo do tempo, as instituições militares buscaram aprimorar seus métodos de ensino, adaptando-se às mudanças na natureza dos conflitos e nas demandas sociais.

O positivismo, uma corrente filosófica que enfatiza a observação científica e a ordem social, teve impacto significativo no pensamento militar brasileiro. No entanto, é importante observar que as abordagens educacionais nas Forças Armadas têm evoluído, incorporando não apenas aspectos técnicos, mas também éticos, sociais e humanísticos. (SOUZA, 2003)

Com informações escassas, torna-se desafiador oferecer uma análise detalhada das perspectivas atuais do ensino militar no Brasil. Seria interessante explorar pesquisas mais recentes e fontes atualizadas para entender as mudanças e desafios enfrentados no cenário educacional militar brasileiro.

Cabe mencionar outro fato histórico que avivou as atitudes militares violentas contra a sociedade civil. Trata-se do movimento anticomunista liderado pelos norte-americanos no período, a partir da Segunda Guerra Mundial. Esse movimento encontrou campo fértil no meio bélico brasileiro, em razão do sentimento irascível que tomou conta dos militares, em 1930, quando ocorreu a Intentona Comunista. Na divisão do mundo em dois blocos: comunista e capitalista, o Brasil colocou-se ao lado dos Estados Unidos. De conformidade com a política de alinhamento defendida por esse país, caberia ao Brasil preocupar-se basicamente com o inimigo interno, priorizando o combate à infiltração comunista oriunda de Moscou. Em consequência, muitos militares que foram fazer cursos na América do Norte receberam forte doutrinação anticomunista. (SOUZA, 2003, p, 45-46)

O período mencionado destaca um contexto histórico específico no Brasil, caracterizado por eventos que influenciaram as atitudes militares e suas relações com a sociedade civil. A menção ao movimento anticomunista liderado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial é crucial para compreender o papel desempenhado pelos militares brasileiros nesse cenário.

A Intentona Comunista de 1930 foi um acontecimento marcante que influenciou as

percepções e atitudes dos militares brasileiros. Esse episódio gerou um sentimento irascível entre os militares, e a polarização ideológica da Guerra Fria intensificou ainda mais essa hostilidade, alinhando o Brasil aos Estados Unidos.

A política de alinhamento adotada pelo Brasil, em conformidade com os interesses dos Estados Unidos, determinou um foco prioritário no combate ao inimigo interno, percebido como a ameaça comunista oriunda de Moscou. Esse alinhamento ideológico foi reforçado pelo treinamento e pela doutrinação anticomunista recebidos por muitos militares brasileiros que frequentaram cursos nos Estados Unidos.

Durante esse período, a bipolaridade ideológica da Guerra Fria influenciou fortemente as ações e as perspectivas dos militares brasileiros, levando a atitudes violentas contra a sociedade civil, muitas vezes associadas a suspeitas de atividades comunistas. A ideia de que a infiltração comunista representava uma ameaça interna prioritária levou a medidas enérgicas por parte dos militares, contribuindo para um ambiente de tensão e violência.

Na penúltima pergunta elaborada: “Com base nos resultados da pesquisa, quais propostas de melhorias podem ser elaboradas para a formação de alunos-soldados, visando aprimorar a compreensão da ética e dos direitos humanos?”, mencionado sobre as mudanças que realmente são necessárias, no processo de formação de alunos soldados.

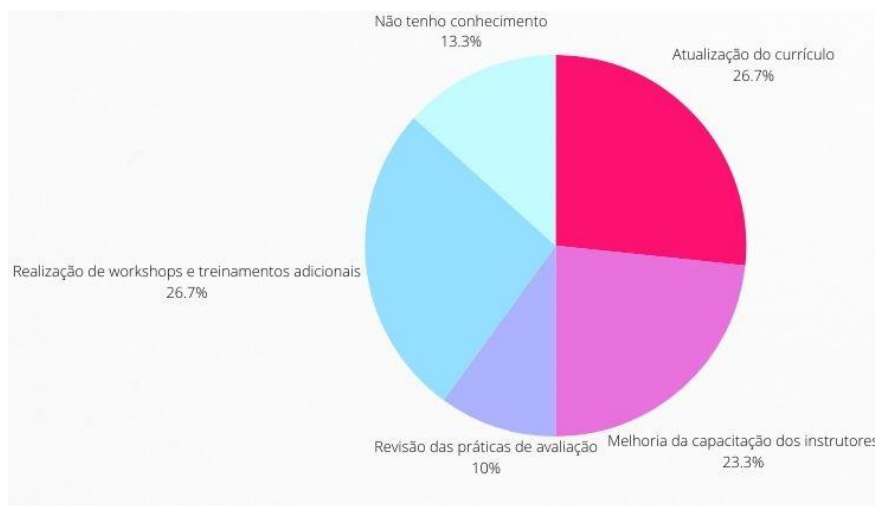


Gráfico 05: "Propostas de Aprimoramento na Formação de Alunos-Soldados: Compreensão da Ética e Direitos Humanos"

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A formação de alunos-soldados é um aspecto crucial no desenvolvimento de forças militares, não apenas no que diz respeito às habilidades técnicas, mas também à compreensão ética e respeito pelos direitos humanos. Recentemente, uma pesquisa foi conduzida para avaliar os resultados dessa formação e identificar áreas de melhoria. Diante dos dados obtidos, torna-se evidente a necessidade de implementar mudanças significativas no processo de

formação.

Uma análise cuidadosa do currículo atual revela lacunas na abordagem ética e na inclusão dos direitos humanos. É imperativo revisar e atualizar o conteúdo curricular, garantindo que esteja alinhado com normas internacionais e nacionais de direitos humanos. A inclusão de temas relevantes e aprofundados, capazes de sensibilizar os alunos-soldados para as nuances éticas, é fundamental.

A metodologia de ensino desempenha um papel crucial na assimilação desses conceitos. A introdução de métodos interativos, como estudos de caso e simulações, pode oferecer uma compreensão mais prática e aplicada da ética e dos direitos humanos. A ênfase na discussão em grupo pode fomentar uma compreensão coletiva desses princípios, incentivando a troca de perspectivas e experiências.

Além disso, é vital integrar oportunidades práticas que permitam aos alunos-soldados aplicar os princípios éticos e de direitos humanos em cenários realistas. Simulações de situações éticas complexas proporcionam um ambiente seguro para a prática e desenvolvimento de habilidades de tomada de decisão fundamentadas em valores éticos.

A qualidade dos instrutores desempenha um papel crucial. Garantir que esses profissionais sejam altamente qualificados e estejam atualizados com os desenvolvimentos éticos e nos direitos humanos é essencial. Investir em treinamento para instrutores pode contribuir significativamente para aprimorar a entrega eficaz desses temas sensíveis.

A avaliação contínua do progresso dos alunos é uma ferramenta valiosa para identificar lacunas na compreensão e aplicação dos princípios éticos e de direitos humanos. Um sistema adaptativo que ajusta o currículo com base nos resultados das avaliações garante uma formação mais eficaz e personalizada.

Além disso, considerar a integração de elementos culturais e contextuais específicos ao ambiente operacional dos alunos-soldados é crucial. Isso não apenas fortalece a compreensão desses princípios, mas também os prepara para enfrentar desafios éticos específicos associados ao seu papel.

Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior que ofereçam cursos especializados em ética e direitos humanos pode enriquecer ainda mais a formação dos alunos-soldados. A colaboração com especialistas acadêmicos traz uma perspectiva aprofundada e atualizada sobre questões éticas contemporâneas.

Por fim, é essencial coletar feedback regular dos próprios alunos sobre a eficácia do treinamento em ética e direitos humanos. Essa retroalimentação direta proporciona insights valiosos sobre áreas específicas que precisam de aprimoramento, contribuindo para um

processo de melhoria contínua.

"Na sua opinião, qual das melhorias propostas (atualização do currículo, melhoria na capacitação de instrutores, revisão das práticas de avaliação, realização de workshops e treinamentos adicionais) você considera mais crítica para aprimorar a formação de alunos-soldados em relação à ética e aos direitos humanos? Por favor, explique sua escolha."

A última pergunta elaborada foi discursiva, como a proposta de uma melhor forma de poder analisar as expectativas de alunos (as) – soldados (as), sobre os seus anseios, sobre o processo de fundamental importância na realização de toda a formação dos futuros policiais militares que irão atuar nas ruas de todo o estado de Goiás.

A análise das melhorias propostas para aprimorar a formação de alunos-soldados no que diz respeito à ética e aos direitos humanos é um exercício crucial na busca por uma abordagem mais eficaz e abrangente. Diante das opções apresentadas, que incluem a atualização do currículo, a melhoria na capacitação de instrutores, a revisão das práticas de avaliação, assim como a realização de workshops e treinamentos adicionais, emerge a necessidade de uma criteriosa avaliação para identificar a intervenção mais crítica e impactante. Cada proposta traz consigo implicações específicas e influencia distintamente o processo formativo. Neste contexto, exploraremos os elementos-chave de cada sugestão, considerando a singularidade de cada uma, para fundamentar uma escolha informada e estratégica no aprimoramento da formação ética e no respeito aos direitos humanos no contexto militar.

A variedade de perspectivas apresentadas em relação às melhorias propostas para aprimorar a formação de alunos-soldados em ética e direitos humanos destaca a complexidade inerente a essa questão crucial. Dentre as opções, a realização de workshops e treinamentos adicionais emerge como uma escolha frequente, respaldada pela crença de que a prática efetiva é essencial, especialmente em um contexto policial que lida diretamente com a repressão de crimes e ilícitos penais.

A ênfase na realização de aulas em grupo, abrindo espaço para debates e ampliação de visões, revela uma conscientização da importância da diversidade de perspectivas na compreensão ética. Essa abordagem busca não apenas transmitir conhecimento, mas também promover um ambiente de discussão que enriqueça a compreensão dos alunos sobre ética e direitos humanos.

Por outro lado, a melhoria na capacitação de instrutores é destacada como uma escolha fundamental. A qualidade dos instrutores é considerada como um fator-chave para a eficácia da transmissão de conhecimento. A ideia de que instrutores altamente qualificados podem aprimorar positivamente a formação dos alunos-soldados reflete uma compreensão da

importância do exemplo e da orientação na internalização de valores éticos.

A proposta de focar mais no estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma base normativa amplamente reconhecida, sugere uma abordagem mais teórica e conceitual na formação. Isso destaca a importância de fundamentar a prática operacional em princípios sólidos e globalmente aceitos.

A chamada para maior especialização dos instrutores e uma melhor apresentação da matéria, trazendo-a para o âmbito prático da atuação policial, reforça a necessidade de uma abordagem mais contextualizada e aplicada na formação. Essa abordagem alinha-se à ideia de que a relevância prática dos conceitos éticos e de direitos humanos é crucial para sua incorporação efetiva no trabalho diário.

Finalmente, a menção à atualização do currículo destaca a importância de manter os conteúdos alinhados com os desenvolvimentos contemporâneos. Contudo, a ressalva sobre o tempo e dinheiro necessários para essa atualização aponta para desafios práticos que podem surgir ao implementar mudanças curriculares.

No entanto, a ressalva acerca do tempo e recursos financeiros necessários para realizar essa atualização lança luz sobre desafios práticos que podem surgir durante a implementação de mudanças curriculares. O investimento de tempo e dinheiro é muitas vezes um ponto crítico, especialmente em instituições sujeitas a orçamentos restritos e cronogramas rigorosos.

Esses desafios práticos podem incluir a necessidade de desenvolver novos materiais didáticos, treinar instrutores para lidar com os novos conteúdos, e adaptar infraestruturas educacionais para acomodar as mudanças. Além disso, a transição para um currículo atualizado pode demandar ajustes logísticos e administrativos, muitas vezes envolvendo um período de transição que pode afetar temporariamente a eficiência do processo formativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das mudanças no processo de ensino-aprendizagem na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, concentrando-se na turma da 5ª Companhia, Pelotão-GOLF, forneceu insights valiosos sobre a percepção dos alunos-soldados em relação à integração dos direitos humanos e da ética em seu treinamento. A abordagem qualitativa, por meio de entrevistas e questionários, permitiu uma compreensão mais profunda das experiências vivenciadas durante o processo de formação.

As considerações finais deste estudo ressaltam a importância crítica da integração dos direitos humanos e da ética na formação de alunos-soldados da polícia militar. Em meio aos

desafios complexos e dinâmicos enfrentados pela sociedade, é imperativo que a atuação policial evolua para atender às expectativas contemporâneas. Essa evolução visa promover uma abordagem mais justa, respeitosa e adaptada aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Os resultados evidenciam que a integração eficaz dos direitos humanos e da ética na formação policial é percebida como uma necessidade premente. Os alunos reconhecem a importância de compreender e respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos, enxergando isso não apenas como uma demanda externa da sociedade, mas como uma necessidade interna para fortalecer a instituição policial.

A situação-problema, que questionava como a integração eficaz dos direitos humanos e da ética na formação de alunos-soldados poderia contribuir para restaurar a confiança da sociedade na aplicação da lei, promover uma atuação policial mais justa e respeitosa, e ao mesmo tempo, enfrentar os desafios crescentes da segurança pública, recebeu respostas significativas.

O aprimoramento do ensino na área de Direitos Humanos e Ética aplicados à atividade policial é essencial para assegurar que os profissionais de segurança atuem de maneira ética, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos. Uma abordagem abrangente e eficaz para melhorar esse ensino pode envolver diversas estratégias.

Crucial garantir que o currículo esteja atualizado, incorporando os princípios fundamentais dos Direitos Humanos e ética na atividade policial. Manter esse currículo dinâmico, refletindo desenvolvimentos recentes, casos relevantes e alterações na legislação, é uma prática essencial.

Sobre a metodologia de ensino desempenha um papel vital no processo educacional. A adoção de métodos ativos, como estudos de caso, simulações e discussões em grupo, pode envolver os alunos de forma mais participativa, proporcionando uma compreensão prática dos desafios éticos que podem surgir no exercício da atividade policial.

Integrar experiências práticas no currículo é outra estratégia valiosa. Estágios em comunidades diversas oferecem aos estudantes a oportunidade de aplicar os conceitos aprendidos em situações do mundo real, contribuindo para uma formação mais completa e contextualizada.

As considerações finais corroboram a tese de que a integração dos direitos humanos e da ética na formação policial não é apenas uma exigência externa, mas uma necessidade interna para fortalecer a imagem da Polícia Militar como uma instituição comprometida com a justiça, respeito aos direitos dos cidadãos e uma atuação profissional, justa e ética de seus integrantes.

Em última instância, esta pesquisa contribui para o entendimento mais aprofundado de

como a formação de alunos-soldados pode ser aprimorada para atender às expectativas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios emergentes da segurança pública. Proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma atuação policial mais alinhada aos princípios éticos e de direitos humanos, construindo uma ponte crucial entre a aplicação da lei e a confiança da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIFA, Bethânia Itagiba Aguiar; O conceito e o discurso dos direitos humanos: realidade ou retórica?; Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 17 – n. 51, p. 145-173 – jan./jun. 2018

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; Os direitos humanos como valor universal; Lua Nova (34) • Dez 1994 • <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000300011>

CARMO, Mário Henrique do; FAHUR, Marco Aurélio; ABREU JÚNIOR, Helói Vieira de. LIMA; Adilar Marcelo de; HORNUNG, Hélio José; A necessidade de transversalidade dos Direitos Humanos no ensino e na cultura Policial Militar; Disponível em: http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg/ano2020_v03_artigo02; Acesso em: 28. Set. 2023

LIMA, Renati Sérgio; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy; Estado, polícias e Segurança Pública no Brasil; REVISTA DIREITO GV | SÃO PAULO | V. 12 N. 1 | 49-85 | JAN-ABR 2016

PORTARIA nº 12175/2019; Aprova a IS-3-PM: Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás – 2ª Edição; Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Instrucao-de-Servico-%E2%80%93-IS-3-PM-%E2%80%93-Regimento-de-Ensino-da-PMGO.pdf>; Acesso em: 18. Out. 2023

RIBEIRO, Anilma Rosa Costa Oliveira; A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS SOLDADOS EM DIREITOS HUMANOS NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: INTEGRALIZAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL E A CONVENIADA; Orientador: Prof. Dr. Júlio César de Sá da Rocha. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2018; Disponível em: http://www.progesp.ufba.br/sites/progesp.ufba.br/files/dissertacao_corrigida_com_ficha_catalogica_-_anilma_-_2016.pdf; Acesso em: 14. Out. 2023

SOUZA, Baltazar Donizete de; O ENSINO POLICIAL E A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS; Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3779/2/BALTAZAR%20DONIZETE%20DE%20SOUZA.pdf>; Acesso em: 18. Nov. 2023

VIEIRA, Priscila da Silveira; SILVEIRA, Felipe Lazzari da; DIREITOS HUMANOS: A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS AOS POLICIAIS MILITARES; Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/direito/article/view/779/726>; Acesso em: 13. Out. 2023

APÊNDICE

Questionário Aplicado pelo Google Forms:

- 1- Como você percebe a abordagem atual da ética e dos direitos humanos no currículo da formação de alunos-soldados da Polícia Militar?
- 2- Como o histórico da formação de alunos-soldados na Polícia Militar tem evoluído ao longo dos anos em relação à inclusão de conteúdo relacionado a ética e direitos humanos?
- 3- Qual é a sua percepção sobre a importância da ética e dos direitos humanos na atuação policial? Como isso influencia o desempenho dos alunos-soldados?
- 4- Como os instrutores e policiais formados percebem a relevância da compreensão ética e dos direitos humanos na prática policial?
- 5- Com base nos resultados da pesquisa, quais propostas de melhorias podem ser elaboradas para a formação de alunos-soldados, visando aprimorar a compreensão da ética e dos direitos humanos?
- 6- "Na sua opinião, qual das melhorias propostas (atualização do currículo, melhoria na capacitação de instrutores, revisão das práticas de avaliação, realização de workshops e treinamentos adicionais) você considera mais crítica para aprimorar a formação de alunos-soldados em relação à ética e aos direitos humanos? Por favor, explique sua escolha."